

03 JUN 1996

Reduzir a dívida é a política mais séria

Pública

ESTADO DE SÃO PAULO

Reduzir a dívida pública é a melhor maneira de usar o dinheiro da privatização, voltou a dizer o ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Nove entre nove economistas sérios e responsáveis sabem que é um absurdo usar receita de privatização para financiar gastos correntes", afirmou. A insistência no tema só chama a atenção porque o novo presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, sustentou opinião diferente, na semana passada, numa entrevista ao **Estado**.

Segundo Lara Resende, o BNDES continuará a adiantar dinheiro aos Estados, por conta de privatizações programadas, mas sem exigir abatimento da dívida mobiliária.

A exigência seria, segundo o economista, uma violação da autonomia estadual. O banco, no entanto, condicionará a antecipação de receita a um compromisso de investimento.

Há pelo menos dois pontos estranhos nessa explicação. Primeiro, vincular o adiantamento ao compromisso de investir também é uma forma de limitar a decisão do governo beneficiado. Se se trata de respeitar a autonomia, qualquer das duas

formas de condicionar o gasto pode ser vista como intervenção. Segundo, é difícil entender por que o BNDES teria a obrigação de conceder um empréstimo desse tipo de forma incondicional. Afinal, trata-se de um banco e, mais que isso, de um banco encarregado, supostamente, de cumprir políticas definidas pelo governo federal.

Uma dessas políticas é a recuperação do equilíbrio fiscal, indispensável à retomada de um crescimento duradouro. Reduzir a dívida representada por títulos e alongar o perfil do endividamento remanescente são meios óbvios de avançar no ajuste.

A privatização se justifica também – sejam quais forem as demais vantagens – como parte de uma ampla reestruturação patrimonial do Estado. Essa reestruturação deve envolver, naturalmente, um passivo que se pode tornar muito mais administrável do que tem sido por muito tempo.

Pode ser, admitiu o ministro Malan, com prudência principalmente verbal, que alguns investimentos possam oferecer retorno econômico ou social maior que o proporcionado pelo patrimônio vendido. Isso justificaria, talvez, empregar o

dinheiro da privatização em certos projetos.

No caso do governo federal, tratou de ressaltar o ministro, acredita-se que o melhor meio de usar aquela receita é reduzir, de forma permanente, o estoque da dívida.

A cautela diplomática de Malan não elimina o dado essencial: abater a dívida é mesmo o uso mais prudente daquele dinheiro, tanto pelo governo central quanto pelas administrações esta-

duais. Essa afirmação é especialmente segura num ano de eleições. Muitos governadores gostariam muito de uma receita extra para investir em obras politicamente rentáveis. É irrealista imaginar que alguém esteja preocupado, a poucos meses da votação, em começar projetos cuidadosamente planejados – e de grande alcance estratégico – para os quais não tenham surgido, até agora, os meios necessários. Governos sem dinheiro poderiam ter aberto espaço a investimentos importantes, na infra-estrutura, pela concessão de serviços ao setor privado.

É plenamente justificável in-

sistir na restrição: usar dinheiro das privatizações para despesas correntes, seja de custeio, seja de investimento, especialmente num ano de eleições, é assumir o risco de um enorme desperdício.

O governo federal tem todo o direito de impor essa condição aos Estados, em caso de antecipação de receita pelo BNDES. Se os governadores quiserem gastar segundo seu critério, esperem até consumir a venda do

ativo e receber o pagamento. Exercam, então, o direito de escolha compatível com a autonomia estadual. Mesmo neste caso, porém, a autonomia é discutível.

A maioria dos Estados começou a sair do buraco só recentemente, e graças ao refinanciamento de seus débitos pelo Tesouro Nacional. É pouco sério insistir no discurso da autonomia, quando se vive numa dependência financeira tão flagrante. Quem não quer dar satisfação a ninguém trata de viver com independência, gastando com cautela e endividando-se de acordo com os padrões do mercado.

Adiantar verba da privatização para investimento, em ano eleitoral, é criar condições para desperdício